

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/10/2023 | Edição: 194-A | Seção: 3 - Extra A | Página: 63

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Museu de Astronomia e Ciências Afins

EDITAL Nº 1, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Unidade de Pesquisa pertencente à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6 de abril de 2023, da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 10 subsequente, e a Portaria MCTI nº 7.227, de 12 de julho de 2023, da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no DOU do dia 13 subsequente, alterada pela Portaria MCTI nº 7.298, de 3 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 subsequente, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento efetivo de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de PESQUISADOR, de acordo com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, promovido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, visando o preenchimento de 8 vagas de pesquisador, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2. O prazo de validade do concurso é de 24 meses, contados da data da publicação da homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, com base no Art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2022.

1.3. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD), providas na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, e do § 1º do artigo 1º do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

1.3.1. Todas as provas, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, serão realizadas no Rio de Janeiro - RJ, em local, data e horário a ser comunicado oportunamente no endereço eletrônico da Empresa, de acordo com o cronograma do concurso.

1.4. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão reservadas aos que concorrerem a cotas para pretos ou pardos, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.5. O Concurso será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular:

a) a Constituição Federal de 1988;

b) as Leis Federais nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; nº 8.691, de 28 de julho de 1993; nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; nº 12.990, de 9 de junho de 2014; nº 13.146, de 6 de julho de 2015; nº 13.656, de 30 de abril de 2018; nº 13.872, de 17 de setembro de 2019; lei nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

c) os Decretos do Poder Executivo nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; nº 6.593, de 2 de outubro de 2008; nº 8.727, de 28 de abril de 2016; nº 9.094, de 17 de julho de 2017; nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; nº 9.739, de 28 de março de 2019; nº 11.016, de 29 de março de 2022;

d) a Resolução nº 2, de 23 de novembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia;

e) Instrução Normativa MGI Nº 23, DE 25 DE JULHO DE 2023



f) Portaria GM/MGI nº 1.369 de 06 de abril de 2023.

1.6. O Concurso será organizado e operacionalizado pela Empresa (a contratar), contratada pelo MAST para tal fim, conforme previsto na legislação e supervisionado pela Comissão Interna de Concurso do MAST, designada pela Portaria 173, de 26 de julho de 2023, publicada no Boletim de Comunicação Interna do MAST nº 007, do dia 31 de julho de 2023.

1.6.1. A operacionalização do Concurso poderá ser delegada, em parte ou em todo, a empresa pública ou privada, contratada por uma unidade de pesquisa sediada no Rio de Janeiro para tal fim, conforme previsto na legislação.

1.7. Todas as informações relativas ao Concurso objeto deste Edital poderão ser obtidas junto a Empresa (a contratar), situada na Rua (a definir), Rio de Janeiro, RJ, em forma presencial ou por e-mail, através do endereço (a definir).

1.7.1. As consultas serão atendidas e respondidas somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h, horário de Brasília.

1.7.2. As informações sobre o Concurso e o cronograma previsto, bem como suas alterações, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Empresa (a contratar), doravante referido apenas como "sítio eletrônico".

1.7.3. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao Concurso, em particular, às retificações do Edital, ao acompanhamento dos prazos e às possíveis atualizações dos cronogramas, inclusive quanto às datas e horários de realização das provas.

1.7.4. A inscrição do candidato implicará concordância plena e integral com os termos deste Edital, de seus anexos, eventuais alterações e da legislação vigente. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2. DO CONCURSO

2.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Empresa (a contratar).

2.2. A Diretoria do MAST nomeou Comissão Interna de Concurso Público, para acompanhamento e fiscalização do certame.

2.3. O presente Concurso Público destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Pesquisador Adjunto I e Pesquisador Associado I, discriminados no Anexo I deste Edital.

2.4. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, conforme dispõe a Lei 8.112/90.

2.5. Todas as etapas deste concurso, detalhadas no item 9 deste Edital, serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro.

2.6. A homologação do resultado final deste concurso público poderá se dar por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

2.7. Será observado o horário local de Brasília para todos os fins deste concurso público.

3. DAS VAGAS

3.1. O Concurso visa ao provimento de 8 (oito) vagas para o cargo de Pesquisador, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, regulado pela Lei nº 8.691/1993, em diferentes classes e áreas de atuação, conforme os perfis especificados no Anexo I.

3.2. O ingresso no cargo dar-se-á sempre no padrão inicial da respectiva classe.

3.3. O regime de trabalho para todas os cargos e classes é de 40 (quarenta) horas semanais

3.4. A formação mínima exigida e os pré-requisitos para concorrer em cada perfil encontram-se especificados no Anexo I.

3.5. As atribuições de cada cargo, para os diferentes perfis, e o respectivo órgão de lotação encontram-se especificados no Anexo I.



3.5.1. Ficam incluídas, entre as atribuições dos cargos, as atividades de fiscalização de contratos de prestação de serviços, a participação em comissões de processos disciplinares, e a participação em comissões acadêmicas e administrativas internas, quando requerido no interesse do MAST.

3.6. A remuneração correspondente a cada cargo/classe concursada encontra-se especificada no Anexo II.

3.7. As vagas reservadas para candidatos com deficiência e para candidatos pretos e pardos foram definidas em sessão pública no dia 07 de outubro de 2023, cuja gravação encontra-se disponível no canal de YouTube do MAST.

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e retificações.

4.2. Ter nacionalidade brasileira.

4.2.1. Se brasileiro, gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais, e com as obrigações do Serviço Militar se do sexo masculino.

4.2.2. Se estrangeiro, obter autorização de residência nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

4.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse do cargo.

4.4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovada por junta médica do MAST ou por ele designada.

4.5. Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos do disposto no art. 137, da Lei nº 8.112/1990.

4.6. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, mesmo com proventos de inatividade, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo previsto no art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990 para a posse do cargo.

4.7. Obedecer às exigências das atribuições do cargo, em conformidade com a Lei nº 8.691/1993 e com o disposto neste Edital.

4.8. Não se encontrar cumprindo penalidade administrativa ou criminal impeditiva do exercício de cargo público federal.

4.9. Apresentar, na data da convocação para a posse, as certidões e diplomas originais que comprovem a titulação e a experiência requeridas para o respectivo perfil, conforme indicado no Anexo I.

4.9.1. No caso de certidões ou diplomas deverão corresponder a cursos de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação.

4.9.2. No caso de certidões ou diplomas concedidos por instituição estrangeira somente serão aceitos quando acompanhados da respectiva revalidação por instituição brasileira, devidamente credenciada para este fim, conforme o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, se solicitados pelo MAST.

4.11. Cumprir com os procedimentos de heteroidentificação, no caso de candidatos pretos e pardos aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.12. Cumprir com os procedimentos de perícia médica, no caso de candidatos com deficiência aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.13. Para todos os requisitos que requeiram de comprovação documental deverá ser apresentado o documento original acompanhado de fotocópia simples, sendo passível de desclassificação o candidato que não os apresentar.

5. DO CRONOGRAMA

Cronograma preliminar	Data
Lançamento do Edital	10/10/2023



Período para impugnação do Edital	11 e 13/10/2023
Prazo das inscrições	02/01/2024 a 31/01/2024
Prazo para requerer isenção da taxa de inscrição	02/01/2024 a 31/01/2024
Divulgação dos resultados das inscrições homologadas	12/02/2024
Prazo para interposição de recurso do resultado preliminar das inscrições homologadas	19/02/2024
Divulgação dos resultados finais das inscrições homologadas	22/02/2024
Divulgação das datas, horários e locais das provas previstas	07/03/2024
Divulgação da composição das comissões examinadoras	07/03/2024
Prazo para impugnação das comissões examinadoras	12/03/2024
Início previsto das provas	17/03/2024

6. DA INSCRIÇÃO

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

6.1. A inscrição no presente Concurso Público será efetuada de 02 de janeiro de 2024 até às 23h59 do dia 31 de janeiro de 2024, exclusivamente por meio de formulário disponível no sítio eletrônico, não sendo aceitos outros meios de inscrição.

6.1.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados

6.1.2. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do concurso, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, inscrição para concorrer nas vagas reservadas, entre outros. Apenas serão divulgadas informações essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso público.



6.2. Para se inscrever, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário, indicando:

- a) O perfil e área de atuação, dentre os elencados no Anexo I, para o qual deseja concorrer;
- b) Autodeclaração pessoa preta ou parda para concorrer às eventuais vagas reservadas;
- c) Autodeclaração pessoa com deficiência para concorrer às eventuais vagas reservadas;
- d) Se precisará de condições especiais para realização das diferentes etapas do concurso, caso se declare com deficiência;
- e) Se precisará amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das diferentes etapas do concurso, caso seja mãe lactante;
- f) Se solicita isenção da taxa de inscrição no concurso, com base na Lei nº 13.656/2018;

6.3. O candidato deverá anexar, no próprio formulário de inscrição, os seguintes documentos, em formato PDF, com tamanho individual igual ou menor que 5 MB:

6.3.1. Memorial circunstanciado, contendo a relação dos títulos e trabalhos do candidato, acompanhado de uma análise sumária desses trabalhos, feita pelo próprio candidato, situando o seu significado e a contribuição que representa. O memorial deverá incluir uma proposta de projeto de pesquisa a desenvolver no MAST.

6.3.2. Currículo Lattes.

6.3.3. Cópia simples dos documentos que comprovem todos os itens relacionados no memorial de atividades e no currículo, com especial atenção aos itens elencados no Anexo III. No caso de publicações, é suficiente a(s) cópia da(s) página(s) onde figurem os dados de autoria e publicação.

6.3.4. Cópia de documento de identidade, com foto e legível.

6.3.5. Cópia dos documentos adicionais exigidos no caso de candidatos com deficiência, mães lactantes, ou candidatos que solicitaram isenção da taxa de inscrição, conforme previsto neste Edital.

6.3.6. Cópia do comprovante de pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso. A GRU deverá ser paga até o dia 01/02/2024. O requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (GRU) não seja efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições.

6.3.6.2. A taxa de inscrição será de R\$100,00.

6.4. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

6.4.1. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição, exceto para aqueles candidatos que, no ato da inscrição, comprovem estar enquadrados nas previsões da Lei nº 13.656/2018.

6.4.2. A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período entre 10 (dez) horas do dia 02 de janeiro 2024 e 23 horas e 59 minutos do dia 31 de janeiro de 2024, no endereço eletrônico a definir, no sítio eletrônico a definir, contendo a seguinte documentação:

a) Para o candidato que pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), informando no formulário de inscrição do Número de Identificação Social (NIS);

b) Para o candidato que for doador de medula óssea, anexando no formulário de inscrição cópia da Declaração de Doador emitida pelo Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME).

6.4.3. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato prestou informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição, ficará sujeito às penalidades do art. 2º, da Lei nº 13.656/2018.

6.4.4. O candidato é inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como pela exatidão da documentação apresentada no ato da inscrição.

6.4.5. A Empresa (a contratar) não se responsabilizará por inscrições não recebidas, recebidas de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.



6.5. Após verificar o cumprimento das condições dos itens 6.2 a 6.4, e num prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir do término do período de inscrição, a Empresa (a contratar) divulgará, no sítio eletrônico, a lista preliminar dos candidatos cuja inscrição no concurso foi homologada.

6.5.1. Com base nas informações prestadas no currículo, será avaliada a pertinência temática dos títulos e trabalhos declarados pelo candidato, que deverá ser compatível com o perfil e área de atuação da vaga pretendida, sendo indeferido o requerimento de inscrição do candidato que não cumprir este requisito.

6.5.2. No caso de indeferimento do pedido de inscrição, caberá interposição de recurso do candidato, dirigido a Empresa (a contratar), dentro de um prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do indeferimento.

6.5.3. Findo o prazo para análise dos recursos, a Empresa (a contratar) divulgará, no sítio eletrônico, a relação final dos candidatos cuja inscrição no concurso foi homologada.

6.5.4. Caso o pedido de isenção da taxa de inscrição seja indeferido, e após ter esgotado a etapa recursal, o candidato poderá regularizar a sua inscrição efetuando o pagamento da taxa e apresentando o respectivo comprovante antes do prazo para a divulgação da relação final de inscrições homologadas.

6.5.5. O valor da taxa de inscrição pago não será devolvido caso o candidato não tenha sua inscrição homologada ou desista posteriormente de realizar o Concurso.

6.5.6. No caso em que o número de candidatos oficialmente inscritos num perfil for igual ou inferior ao número de vagas disponíveis no perfil, o prazo de inscrição geral será prorrogado, uma única vez, por um período mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

7. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 5% (cinco por cento) está reservada para pessoas portadoras de deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, do art. 4º, do Decreto nº 3.298/1999, e do Decreto nº 9.508/2018, conforme discriminado no Anexo I.

7.2. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição:

a) Declarar-se com deficiência;

b) Anexar cópia de laudo médico original, emitido nos últimos 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID);

c) Informar a necessidade de tratamento diferenciado para os dias de realização das provas, especificando as condições requeridas para tal.

7.2.1. Requerimento de tempo diferenciado para realização da prova escrita deverá vir acompanhado de parecer emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista na deficiência apresentada pelo candidato.

7.3. A inobservância do disposto no item 7.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e eximirá a organização do Concurso do atendimento a quaisquer condições especiais necessárias para realização das provas.

7.4. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos que se declarem com deficiência concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

7.5. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos que se declararem com deficiência aprovados.

7.7. Os candidatos que se declarem com deficiência aprovados dentro das vagas oferecidas para ampla concorrência no perfil não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.8. Na hipótese de não haver candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos com deficiência aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

7.9. O candidato que se declarar com deficiência, se aprovado no Concurso, deverá submeter-se à perícia médica oficial, promovida por equipe multiprofissional, sob responsabilidade do MAST, que aprovará ou não a sua qualificação como com deficiência e avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de atuação e a deficiência do candidato, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 9.508/2018.

7.9.1. Os candidatos deverão comparecer à perícia médica oficial, munidos de laudo médico original que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

7.9.2. O laudo médico apresentado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

7.9.3. O Diretor do Observatório Nacional, com base no resultado desta avaliação, declarará a compatibilidade ou não da deficiência com a atividade na qual o candidato optou por concorrer, não cabendo recurso desta decisão.

7.10. O candidato que for reprovado na perícia médica oficial perderá o direito às vagas reservadas para pessoas portadoras de deficiência.

7.11. O candidato que deixar de comparecer à perícia médica oficial, na data, horário e local estabelecidos, será eliminado do Concurso.

7.12. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



7.13. DO ATENDIMENTO A CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ADAPTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

O candidato que necessitar de adaptações para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários para cada fase do concurso e, ainda, enviar, por meio de aplicação específica do link de inscrição, até as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de fevereiro de 2024, de acordo com o horário oficial de Brasília, laudo médico específico (imagem do documento original) que justifique o atendimento especial solicitado.

7.13.1 Os serviços de assistência de interpretação por terceiros aos candidatos com deficiência serão registrados em áudio e vídeo e disponibilizados nos períodos de recurso estabelecidos neste Edital.

7.13.2 Para concessão de tempo adicional, o candidato deverá apresentar laudo médico específico (imagem do documento original). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.13.3 Somente serão aceitos os documentos enviados em formatos PDF, cujo tamanho não exceda 5 MB. O candidato deverá observar as demais orientações contidas no link de inscrição para efetuar o envio da documentação.

7.13.4 Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de 16 de fevereiro de 2024, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via correio eletrônico (endereço eletrônico da empresa a contratar), juntamente com cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.

7.13.5 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica (laudo médico específico). Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida no máximo 2 (duas) horas a mais para os candidatos nessa situação.

7.13.6 O fornecimento do laudo médico (arquivo digital do documento original) é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Empresa (a contratar) não se responsabilizará por laudos médicos que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação, ou congestionamento das linhas de transmissão de dados. O laudo médico específico terá validade somente para este concurso público.

7.13.7 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim.

7.13.7.1 Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.

7.13.7.2 Terá o direito ao disposto no item anterior a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas.

7.13.7.3 A prova da idade da criança será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento original durante sua realização.

7.13.8. Deferida a solicitação de que trata o item 7.13.7, a mãe deverá, no dia das provas, levar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

7.13.8.1. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para o início das provas e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

7.13.8.2. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

7.13.8.3. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por um (a) fiscal.

7.13.8.4. O tempo total utilizado para amamentação permitirá o acréscimo na duração fixada para realização das provas até o máximo de 30 (trinta) minutos.



7.13.8.5. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.13.9. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição, o atendimento pelo Nome Social durante as etapas do Concurso, devendo especificar o mesmo no formulário de inscrição, juntamente com seu Nome Civil, em atendimento ao Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

7.13.10. Não será utilizado nas publicações oficiais o nome social caso o mesmo não tenha sido registrado em documentos públicos de identificação.

8. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PRETOS OU PARDOS

8.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 20% (vinte por cento) está reservada para candidatos pretos ou pardos, nos termos da Lei nº 12.990/2014, conforme discriminado no Anexo I.

8.2. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito "cor ou raça" utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

8.3. A inobservância do disposto no item 8.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos pretos ou pardos.

8.4. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos autodeclarados pretos e pardos concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

8.5. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados.

8.6. As pessoas pretas ou pardas que optarem, na forma do item 8.1., por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame.

8.6.1. As pessoas pretas ou pardas aprovadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

8.6.2. Na hipótese de certames realizados em mais de uma fase, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de classificados dentro das vagas reservadas, quanto na lista de classificados da ampla concorrência.

8.6.3. Em virtude da cláusula de barreira, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência não deverão ser contabilizadas no quantitativo total de aprovados para as vagas reservadas a pessoas pretas ou pardas, conforme previsto em edital para aquela fase.

8.6.4. O disposto no item 8.6.3 somente se aplica à pessoa optante pela reserva de vagas que tiver obtido a pontuação mínima para aprovação em cada fase do certame, nos termos do edital.

8.7. Na hipótese de não haver candidatos pretos e pardos inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

8.8. O procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos pretos e pardos será realizado por comissão nomeada especificamente para tal fim, sendo considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados, obrigatoriamente, com a presença do candidato, conforme previsto nos arts. 6º e 9º da Portaria Normativa MP nº 04/2018.

8.8.1. O procedimento de heteroidentificação, bem como o respectivo período recursal e demais informações, serão regidos por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do Concurso, no sítio eletrônico Empresa (a contratar), em atendimento ao art. 8º, § 2º, da Portaria Normativa MP nº 04/2018.



8.8.2. O MAST poderá se consorciar com outras Unidades de Pesquisa para centralizar os processos de heteroidentificação, podendo inclusive, em função da melhor conveniência, fazer uso de comissões já existentes no âmbito de Instituições de Ensino Superior, sediadas no estado do Rio de Janeiro.

8.9. O candidato que não tiver a sua autodeclaração confirmada pelo processo de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas para pretos ou pardos.

O candidato que deixar de comparecer para o procedimento de heteroidentificação, na data, horário e local estabelecidos, ou que recusar à filmagem do processo de heteroidentificação, será eliminado do Concurso, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

8.10. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do Concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para pretos ou pardos, o mesmo será eliminado do Concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

9. DAS ETAPAS

9.1. O Concurso de provas e títulos para os cargos de Pesquisador consistirá das seguintes etapas:

a) Etapa 1: Prova escrita discursiva, com leitura pública e arguição, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Etapa 2: Prova pública de defesa e arguição de memorial, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Etapa 3: Análise e apreciação dos títulos, de caráter classificatório.

9.2. Todas as etapas serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro. As informações relativas às datas e locais em que ocorrerão as diferentes etapas serão disponibilizadas no sítio eletrônico X, em até dez (10) dias úteis após a divulgação da lista final das inscrições homologadas.

9.3. Durante a realização do Concurso, os candidatos serão chamados para a leitura pública e arguição da prova escrita e para a defesa pública e arguição do memorial, pela ordem de inscrição.



10. DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA, LEITURA PÚBLICA E ARGUIÇÃO

10.1. A primeira etapa do Concurso Público, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de Prova Escrita, na forma discursiva, e versará sobre ponto sorteado de uma lista organizada pela Banca Examinadora, com base nos tópicos temáticos dispostos no Anexo I deste edital.

10.1.2. O sorteio do ponto será realizado uma hora antes do início da prova escrita, ocasião em que os candidatos poderão consultar suas anotações, após este período fica vedada qualquer consulta durante a Prova. Uma hora após o sorteio do ponto e sem direito a consulta, a prova escrita será realizada em recinto fechado e terá a duração máxima de quatro horas.

10.1.2.1. Ao final, a prova entregue pelo candidato será acondicionada em envelope individual, que será lacrado e identificado na presença do candidato e só será aberto pela Comissão Examinadora ao momento de realizar-se a leitura pública da prova.

10.1.3. O quadro abaixo indica os critérios e pontuações que serão utilizados na avaliação das provas escritas:

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS	
CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	20
Pertinência da exposição relativa ao tema e da bibliografia respectiva, e a capacidade de comunicação e expressão escrita.	60
Relação lógica entre as ideias, objetividade, ordenação e clareza.	20
TOTAL	100

10.2. A leitura pública, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de Prova Oral, que será realizada em sessão pública, frente à Banca Examinadora, não sendo permitida a presença dos demais candidatos, e constará de uma exposição por parte do candidato sobre sua prova escrita, com a duração máxima de 30 (trinta) minutos.

10.2.1. Após a exposição, será realizada a arguição do candidato pelos membros da Banca Examinadora, versando sobre o conteúdo da prova escrita e a apresentação oral, não podendo o tempo gasto com as perguntas de cada membro, somado ao tempo gasto com as respectivas respostas do candidato, exceder a 10 (dez) minutos.

10.3. Na avaliação da Prova Oral serão analisados os seguintes aspectos: capacidade de aprofundamento das questões levantadas; clareza e concisão na apresentação das ideias; domínio da bibliografia utilizada; capacidade de argumentação.

10.4. Esta etapa terá o valor total de 100 (cem) pontos, e será calculada a partir da média simples obtida pelo candidato na Prova Escrita e na Prova Oral, cada uma avaliada em 100 (cem) pontos, conforme quadro abaixo.

Pontuação máxima da Prova Escrita (PE)	100 pontos
Pontuação máxima da Prova Oral (PO)	100 pontos
Nota final	(PE + PO) / 2

11. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

11.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para o seu início.

11.2. Será exigida a apresentação de documento oficial de identidade original, com fotografia e assinatura, não sendo aceitas cópias ainda que autenticadas.

11.2.1. São considerados documentos oficiais de identidade:

a) carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal;

b) Documento Nacional de Identificação (DNI);

c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH, com foto);

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

e) carteira de identidade expedida por Órgão de Classe ou Conselho Fiscalizador de exercício profissional;

f) carteira de identidade das Forças Armadas;

g) carteira funcional do Ministério Público ou da Magistratura;

h) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM ou RNE);

i) Passaporte ou documento de viagem válido para ingresso no país, no caso de candidatos estrangeiros;

j) outros documentos expedidos por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade.

11.2.2. Poderá ser apresentado documento digital (CNH, RG ou DNI), devendo ser mostrado no aplicativo oficial em que é disponibilizado e não por meio de captura de tela.

11.2.3. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.2.4. Não serão aceitos protocolos de tramitação ou quaisquer outros documentos tais como crachás, título de eleitor, carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

11.2.5. O candidato que estiver impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, e será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.



11.3. É vedado aos candidatos prestar a prova fora do horário, data e local determinados pela Comissão Interna de Concurso.

11.4. Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após o horário fixado para seu início.

11.5. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, e o não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

11.6. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção ao disposto no item 7.13. deste Edital.

11.7. Por motivos de segurança, serão adotados os procedimentos a seguir:

a) após ser identificado, o candidato não poderá se retirar do recinto de realização da prova escrita sem autorização e, caso autorizado, deverá ser acompanhado por algum dos fiscais presentes, inclusive para fazer uso dos sanitários;

b) o candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

c) os 3 (três) candidatos que finalizarem a prova por último deverão permanecer no recinto e somente poderão se retirar juntos, após terem assinado a ata;

d) a prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da Instituição Organizadora devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

e) o candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível, bem como no caso de identificação em local indevido.

f) a prova entregue será acondicionada em envelope individual, que será lacrado e identificado na presença do candidato e só será aberto pela Comissão Examinadora ao momento de realizar-se a leitura pública da prova.

11.8. Terá suas provas anuladas e será automaticamente ELIMINADO do Concurso Público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas: retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização; for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas; usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização; utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato; faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos; fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital; descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas; recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização; ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas; não permitir a coleta de sua assinatura; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

11.9. A Comissão Examinadora poderá requisitar funcionários adicionais para ajudar nas tarefas de fiscalização da prova.

12. DA DEFESA PÚBLICA DE MEMORIAL

12.1. Na prova pública de defesa e arguição de memorial, o candidato fará uma apresentação de seus trabalhos pregressos e planos atuais e futuros de pesquisa e desenvolvimento, incluindo uma proposta de projeto de pesquisa a desenvolver no MAST, que esteja alinhada ao Plano Diretor da Unidade



(PDU) vigente, disponível no site do Instituto (gov.br/mast). O candidato terá um período de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos para sua apresentação, onde deverá salientar as contribuições que considera mais relevantes.

12.2. Após a apresentação, o candidato será arguido pela Comissão Examinadora sobre o memorial e o projeto, podendo, inclusive, abordar criticamente a obra do candidato, que terá direito de defesa.

12.2.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 10 (dez) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

12.3. A defesa e a arguição de memorial de cada candidato serão públicas, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

12.4. Finalizadas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

12.5. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta vírgula zero) pela Comissão Examinadora.

12.6. As provas públicas de defesa de memorial serão gravadas, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.

13. DA ANÁLISE E APRECIÇÃO DOS TÍTULOS

Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados na prova de defesa pública de memorial. Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

13.1. Na análise e apreciação de títulos e currículo, cada membro da Comissão Examinadora irá apreciar os títulos e sobre eles emitir parecer criticamente formulado.

13.1.1. Cada membro da Comissão atribuirá uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) para cada candidato e consolidará os resultados de seu julgamento, que serão acondicionados em envelopes individuais, rubricados e lacrados.

13.2. Na análise e apreciação dos títulos para o cargo de Pesquisador serão considerados os seguintes quesitos e pontuações dispostos no Anexo III deste Edital.

13.3. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos disporá de dois dias para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

14. DA COMISSÃO EXAMINADORA

14.1. Para efeitos deste Concurso, haverá 5 (cinco) Comissões Examinadoras, sendo:

- a) uma para o Perfil 1
- b) uma para o Perfil 2
- c) uma para o Perfil 3;
- d) uma para o perfil 4,
- e) uma para o perfil 5.

14.2. Cada Comissão Examinadora será constituída por, no mínimo, 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do Concurso, ou em áreas correlatas, sendo não menos da metade dos membros externos ao MAST.

14.2.1. Os membros das Comissões Examinadoras serão indicados pela Comissão Interna de Concurso, em estrita observância ao art. 9º, da Resolução nº 2/1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

14.2.2. Na indicação dos membros das Comissões Examinadoras, deverão ser considerados potenciais conflitos de interesse com os candidatos a serem avaliados, em particular:



a) ser ou ter sido orientador de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado ou pós-doutorado do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

b) ser ou ter sido chefe imediato ou supervisor do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;

c) ser membro de grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual o candidato participe;

d) ser ou ter sido coautor com o candidato de trabalho científico completo publicado em periódico, anais de evento ou livro nos últimos 5 (cinco) anos, podendo-se abrir exceções quando se tratar de artigos de grandes colaborações que não evidenciem uma colaboração estreita entre o membro da Comissão e o candidato;

e) ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o candidato.

14.2.3. Não será permitida a presença em forma remota, por meio de videoconferência, devendo ser providenciada a gravação da transmissão.

14.3. A composição das Comissões Examinadoras e os dias de sua instalação para o início do Concurso serão divulgados no sítio eletrônico, até 10 (dez) dias antes da data da realização das provas.

14.4. Uma vez oficializada a composição das Comissões Examinadoras, é facultado aos candidatos inscritos apresentar impugnação de qualquer um dos membros, por impedimentos legais, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da data da divulgação.

14.4.1. O pedido de impugnação deverá ser dirigido à Empresa (a contratar) pelo e-mail/plataforma (a definir), que, julgando-o procedente, solicitará que a Comissão Interna de Concurso indique novo(s) membro(s) para compor a Comissão Examinadora.

14.5. Caberá ao profissional da classe mais elevada e/ou de maior tempo no serviço público federal exercer a presidência da Comissão Examinadora.

15. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

15.1. A apuração das notas para habilitação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

15.1.1. A nota final, atribuída por cada examinador a cada candidato, será obtida pela média ponderada das notas de 0 (zero) a 100 (cem) das provas dos itens 10, 12 e 13 atribuindo os seguintes pesos, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, sem arredondamento ou aproximação.

Cargo/Perfil	Prova escrita	Defesa de memorial	Análise e apreciação de títulos
Pesquisador (Todos os perfis)	50%	30%	20%

15.1.2. Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, a nota mínima 70,0 (setenta vírgula zero).

15.1.3. A cada candidato lhe será atribuída uma nota final global, obtida pela média aritmética das notas finais atribuídas aos candidatos pelos examinadores.

15.2. Em caso de empate na nota final global, terá preferência o candidato que, nesta ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição no Concurso, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), não se aplicando este critério aos demais candidatos;

b) obtiver a maior nota, apurada pela média aritmética das notas de cada examinador, na prova escrita com leitura e arguição;

c) obtiver a maior nota na prova pública de defesa e arguição de memorial;

d) obtiver a maior nota na análise e apreciação dos títulos;

e) tiver a maior idade.



15.3. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados em função do cargo/área de atuação/tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para pretos ou pardos), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final, conforme disposto na Lei nº 12.990 de 09 de junho de 2014.

15.4. Haverá um quantitativo máximo de candidatos aprovados, conforme disposto no Anexo II do Decreto nº 9.739/2019 e detalhado no Anexo I deste Edital, a saber:

Vaga	Quantidade total de vagas	Quantidade máxima de aprovados
PESQ - 001	1	5
PESQ - 002	1	5
PESQ - 003	1	5
PESQ - 004	4	20
PESQ - 005	1	5

15.4.1. Os quantitativos máximos de aprovados foram distribuídos entre os diferentes perfis de cada cargo, conforme o determinado pelo Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019.

15.4.2. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação da nota final global, excedam o quantitativo máximo de aprovados definido para o perfil, ficarão automaticamente reprovados.

15.5. O relatório da Comissão Examinadora será submetido à Empresa (a contratar), que decidirá sobre os casos omissos.

15.6. O Diretor do MAST homologará o resultado do Concurso e encaminhará ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a relação dos candidatos aprovados no certame, para a devida aprovação final e publicação no DOU, nos termos da legislação pertinente, ordenando a nomeação dos candidatos aprovados, por meio de ato da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Os recursos que venham a ser interpostos pelos candidatos deverão ser dirigidos a Empresa (a contratar), que os apreciará em última instância no âmbito da Comissão Interna do Concurso.

16.1.1. Os recursos deverão ser apresentados por escrito, pelo interessado, através do e-mail do Concurso.

16.1.2. A Empresa (a contratar) não se responsabilizará por pedidos de recurso não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

16.2. Os recursos referentes às inscrições deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis contados a partir da divulgação da lista preliminar dos candidatos oficialmente inscritos no certame.

16.3. Os recursos referentes às provas e ao julgamento das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 3 (três) dias úteis após a divulgação do resultado final no DOU. Não serão aceitos recursos após este período.

16.4. Somente será considerado recurso de nulidade do Concurso, mediante a comprovação de fatos e irregularidades graves ocorridas no processo de avaliação final, formulado num prazo não superior a 3 (três) dias úteis após a publicação do resultado final no DOU, dirigido a Empresa (a contratar), que, julgando-o procedente, o encaminhará à Comissão Interna de Concurso para deliberação.

17. DA NOMEAÇÃO

17.1. A classificação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele provido, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência do MAST.

17.2. A nomeação do candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do Concurso, classificado dentro da quantidade de vagas oferecidas, conforme estabelecido neste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação e deverá ser publicada no DOU.



17.3. A convocação dos candidatos pretos e pardos aprovados e classificados no concurso observará a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

17.4. O candidato nomeado que não se apresentar para a posse do cargo no prazo legal de 30 (trinta) dias, perderá o direito à vaga, conforme previsto no art. 13, § 6º da Lei nº 8.112/1990.

17.5. Havendo desistência do candidato antes da nomeação, ou o não cumprimento, por parte do candidato classificado, das exigências legais dentro dos prazos estipulados pelo Regime Jurídico Único ou dos requisitos para investidura no cargo previstos neste Edital, facultar-se-á ao Diretor do MAST a sua substituição, convocando o candidato com classificação imediatamente inferior, dentro do mesmo cargo e perfil, observando o limite de candidatos aprovados estabelecido no Edital.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Para efeitos do cumprimento de prazos, considerar-se-á sempre às 23h59m da data apazada, salvo quando indicado explicitamente.

18.2. O candidato aprovado e classificado no Concurso deverá manter seu endereço de contato atualizado junto ao Serviço de Recursos Humanos do MAST, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

18.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do Concurso, inclusive as referentes à transferência de domicílio para posse de cargo, correrão por conta do candidato, que não terá direito a ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

18.4. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas do candidato, valendo para tal fim os resultados publicados no DOU.

18.5. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidato reprovado.

18.6. O candidato, ao efetuar sua inscrição no Concurso, autoriza de forma explícita que o MAST disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, exclusivamente de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

18.7. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica no sítio eletrônico ou no endereço de e-mail do certame.

18.8. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e/ou da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

18.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do MAST, ouvida a Comissão Interna de Concurso.

18.10. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.

MARCIO FERREIRA RANGEL

ANEXO I

PERFIS DOS CARGOS EM CONCURSO

Número de vagas reservadas para candidatos com deficiência - 1 (uma) vaga

Número de vagas reservadas para para candidatos pretos e pardos - 2 (duas) vagas

Número de vagas de ampla concorrência - 5 (cinco) vagas

Perfil 1:

Código da Vaga: PESQ - 001

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I



Área de atuação: Educação em Ciências

Número de vagas: 1

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 5

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Bacharelado ou licenciatura em Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, Pedagogia ou História. Doutorado em Educação, Ensino de Ciências ou Museologia. Ter realizado pesquisas relevantes em educação museal, educação em ciências ou ensino e divulgação em ciências, ou projetos de extensão universitária e/ou museus de ciência e tecnologia, história natural, planetário, zoológicos, aquários, clubes de astronomia.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo:

Coordenar e realizar estudos teóricos e empíricos na área da comunicação pública da ciência e tecnologia no âmbito de museus de ciência e tecnologia; atuar rotineiramente no desenvolvimento e avaliações das ações de popularização de ciência que envolvem a instituição; atuar rotineiramente na formação e orientação dos educadores museais e bolsistas do MAST; atuar nas pós-graduações de interesse da instituição; contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência; coordenar programas e projetos de interesse institucional na referida área.

Tópicos para a Prova Escrita:

1. Inclusão Social e Museus de Ciência e Tecnologia; 2. Percepção Pública da Ciência no Brasil e no Mundo; 3. Metodologias de Pesquisa na área Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia em Museus; 4. Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia e as Redes Sociais; 5. Instrumentos Científicos Históricos e suas relações com a História da Ciência, Educação, Divulgação e Popularização da Ciência; 6. A História da Ciência na Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia ; 7. Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia e Fake News.

Importante/Atenção: A temática sobre Educação Não Formal e Informal na Divulgação e Popularização da Ciência e Tecnologia em Museus é uma questão transversal que deve ser contextualizada em qualquer resposta.



Perfil 2:

Código da Vaga: PESQ - 002

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Educação em Ciências

Número de vagas: 1

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 5

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos:

Graduação em Estatística, Matemática ou Ciências da Computação. Doutorado em Matemática, Estatística ou Ciências da Computação. Ter realizado pesquisas relevantes na área de avaliação educacional.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo:

Coordenar e realizar estudos teóricos e empíricos na área da comunicação pública da ciência e tecnologia no âmbito de museus de ciência e tecnologia; desenvolver instrumentos de avaliação estatística quantitativa das atividades educacionais de museus e centros de ciência e tecnologia; atuar rotineiramente na formação dos mediadores do MAST; assessorar as pesquisas educacionais e de públicos da instituição; contribuir com projetos interdisciplinares das demais áreas interdisciplinares das áreas finalísticas do MAST; atuar rotineiramente nas ações de popularização de ciência que envolvem a instituição; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência.

Tópicos para a Prova Escrita:

1. Estatística em Educação, Sociologia e Psicologia; 2. Teorias da medição e avaliação estatística; Construção de instrumentos de medição e avaliação estatística; 3. Teoria Clássica dos testes; 4. Elementos da Teoria da Resposta ao Item, não-paramétrica e paramétrica e sua aplicação na avaliação da Educação em Museus e na Sociologia de Públicos de Museus.

Perfil 3:

Código da Vaga: PESQ - 004

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Associado - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 5

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos:

Ter curso superior completo em Museologia, ou Conservação, ou em História e Doutorado em Museologia ou Conservação ou em Engenharia Metalúrgica; ter realizado pesquisa durante, pelo menos, três anos, após a obtenção do título de Doutor; ter realizado pesquisa de forma independente em sua área de atuação, demonstrada por publicações relevantes de circulação nacional e internacional; ter contribuído para a formação de novos pesquisadores por meio de orientação ou co-orientação de alunos de mestrado. Registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo:

Realizar pesquisas na área de conservação de acervos museológicos, em especial de artefatos de metais, incluindo acondicionamento, conservação preventiva, curativa e restauração. Apoiar as atividades desenvolvidas no Laboratório de Conservação de Metais (LAMET) do MAST. Pesquisar e desenvolver procedimentos de conservação para os acervos do MAST. Produzir publicações acadêmicas sobre as pesquisas desenvolvidas. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição e contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST. Colaborar para a organização de eventos acadêmicos na sua área de trabalho e contribuir para o desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado em que o MAST participa ou realiza.



Tópicos para a Prova Escrita:

1. História da conservação; 2. Teorias da conservação-restauração; 3. Preservação, conservação curativa, conservação preventiva, restauração - definições, conceitos e exemplos; 4. Cartas patrimoniais para conservação; os organismos internacionais e a conservação; 5. Agentes agressores e conservação preventiva, equipamentos, temperatura, umidade relativa, iluminação (radiação), poluentes atmosféricos, insetos, roedores e fungos, outros fatores (humanos, edificação etc.); 6. Técnicas analíticas para auxílio na conservação; 7. Conservação de objetos metálicos; conservação e restauração de instrumentos científicos

Perfil 4:

Código da Vaga: PESQ - 003

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Área de atuação: História da Ciência e Tecnologia

Número de vagas de ampla concorrência: 3

Número de vagas reservadas para candidatos pretos ou pardos: 1

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 20

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Profissional com título de Doutor em programa de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e com experiência de pesquisa em História Social da Ciência e da Tecnologia em acervos institucionais e pessoais relacionados à Ciência e Tecnologia.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo:

Elaboração, realização e coordenação de projetos de pesquisa em história da ciência e tecnologia; realização e coordenação de projetos de pesquisa nos acervos do MAST; disseminação dos resultados de pesquisa em publicações e apresentações em eventos científicos especializados; formação de recursos humanos em pesquisa no campo da História da Ciência e da Tecnologia; realização de atividades de extensão e divulgação em história da ciência e da tecnologia; identificação e indicação de acervos arquivísticos, museológicos, e bibliográficos de história da ciência e da tecnologia a serem adquiridos pelo MAST; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição; contribuir em projetos interdisciplinares das demais áreas finalísticas do MAST.

Tópicos para a Prova Escrita:

História e Historiografia das Ciências e da Tecnologia: 1. Marcos e transformações na Historiografia das Ciências; 2. Ciências, Tecnologias, Sociedade e Relações de Poder; 3. Institucionalização das Ciências no Brasil; 4. Ciências, Tecnologias e as diferentes formas de conhecimento; 5. Processos de internacionalização da Ciência; 6. Ciências, Tecnologias e Natureza; 7. Instrumentos científicos na História das Ciências e das Tecnologias.

Perfil 5:

Código da Vaga: PESQ - 005

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 5

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos:

Ter curso superior completo em Museologia e Doutorado em Museologia ou História das Ciências ou História ou Memória Social. Ter experiência no desenvolvimento e/ou coordenação de projetos de pesquisa na área de Museologia e de Patrimônio de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T & I); ter experiência na redação e publicação de artigos em periódicos acadêmicos nacionais. Registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo:

Coordenar projeto(s) de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e realizar pesquisas no campo da Museologia e do Patrimônio que se articulem com as linhas de pesquisa desenvolvidas na Coordenação de Museologia do MAST; colaborar para a organização de eventos acadêmicos no campo e contribuir para o desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado em que o MAST participa ou realiza. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição e contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST.

Tópicos para a Prova Escrita:

1. Abordagem teórico-filosófica do patrimônio cultural de C,T & I: conceitos e evolução histórica do tema. 2. Estudos de coleções em museus. 3. Aspectos filosóficos, políticos e éticos da preservação do patrimônio. 4. Interpretação da cultura material das ciências. 5. Teoria da Museologia: história dos museus, história da Museologia, fundamentação teórica. 6. Processos de musealização e patrimonialização; 7. Museus de Ciência: características, tipologias, funções, agentes e instrumentos.

ANEXO II

TABELA DE REMUNERAÇÕES

Rendimento bruto, em reais, conforme Medida Provisória nº 1.170, de 28 de abril de 2023.



Cargo	Classe/ Padrão	Vencimento básico	Retribuição por titulação / Doutorado	Gratificação de desempenho (valor máximo)	Valor total
Pesquisador	Adjunto I	R\$6.710,29	R\$5.412,57	R\$2.152,00	R\$14.274,86
	Associado I	R\$ 7.617,64	R\$ 2.345,00	R\$ 6.172,22	R\$ 16.134,86

ANEXO III

PONTUAÇÃO RELATIVA À ANÁLISE E APRECIÇÃO DOS TÍTULOS

Os pontos desta etapa serão calculados pela soma das Pontuações Calculadas (PC), que representam a pontuação unitária (PU) multiplicada pelo número de ações ou atividades (N) realizadas em cada item especificado no Quadro.

Item	Pontuação		
	Pontuação Unitária (PU)	Número de Ações (N)	Pontuação calculada (PC)
Atividades Técnico-Científicas	Máximo de 25 pontos		
Participação em projetos de exposições culturais - científicas, documentação e conservação de acervos, ou organização de evento de divulgação científica.	2		
Participação em atividades de divulgação (oficinas, palestras, mediações, vídeos, incluindo organização de exposições.)	0,5		
Recurso educacional desenvolvido (jogos, vídeos, multimídia, aparatos interativos, sequência didática, folderes explicativos, etc.)	0,5		
Coordenação ou organização de livro ou periódico especializado.	1		
Coordenação e/ou organização de evento científico internacional.	2		
Coordenador e/ou organizador de evento científico nacional.	1		
Participação em comissão científica de congressos, comitês editoriais, comissões técnicas.	0,5		
Produtos ou publicações técnicas (inventário, catálogo, relatórios, base de dados, etc.).	1		
Assessorias, revisões técnicas e pareceres.	0,5		
Participação em bancas de pós-graduação, concursos públicos e final de curso de graduação.	0,5		
Item	Pontuação		
	Pontuação Unitária (PU)	Número de Ações (N)	Pontuação calculada (PC)
Publicações	Máximo de 50 pontos		
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes A e B1	4		
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes B2 e B3	3		
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação nacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes C e D	1		
Livro resultante de pesquisa, ou didático, ou paradidático ou de divulgação.	5		
Capítulo de livro.	1		
Trabalho completo publicado em anais de congresso (internacional).	1		
Trabalho completo publicado em anais de congresso (nacional).	0,5		



Artigo ou texto de divulgação publicado em periódico de grande circulação ou resenha	0,5		
Participação em eventos e reuniões técnico-científicas	Máximo de 25 pontos		
Conferência / palestra como convidado em evento internacional / nacional.	1		
Conferência / palestra como convidado em evento regional / estadual / institucional.	0,5		
Participação em mesa-redonda como convidado em evento nacional / internacional.	0,5		
Participação em mesa-redonda como convidado em evento regional / estadual / institucional.	0,5		

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

